



Inserção internacional e atualização do socialismo: os desafios do regime cubano

Wallas Matos¹

Resumo

Cuba, uma pequena ilha do Caribe, posteriormente à Revolução se vê obrigada a se fortalecer na sua inserção internacional para manter as conquistas e preservar o socialismo. Deste modo, crise após crise o modelo é reformado e as relações exteriores se tornam o foco do governo no intuito de conservar e ampliar os ganhos materiais e os valores da Revolução através da inserção internacional. Contudo, principalmente depois da queda da União Soviética cada reforma coloca em xeque a sobrevivência do modelo apesar de ser a condição necessária para através da relação com o entorno capitalista buscar conservá-lo.

Palavras-chave: Cuba, inserção internacional, socialismo, reformas.

Inserción internacional y actualización del socialismo: los desafíos del régimen cubano

Resumen

Cuba, una pequeña isla en el Caribe, después de la Revolución se vio obligada a fortalecer su posición internacional para mantener sus logros y preservar el socialismo. De esta forma, crisis tras crisis, se reforma el modelo y las relaciones exteriores pasan a ser el eje del gobierno para preservar y ampliar las conquistas materiales y los valores de la Revolución a través de la inserción internacional. Sin embargo, especialmente después de la caída de la Unión Soviética, cada reforma pone en entredicho la supervivencia del modelo, a pesar de ser la condición necesaria para, a través de la relación con el entorno capitalista, buscar preservarlo.

Palabras-clave: Cuba, inserción internacional, socialismo, reformas.

International insertion and updating of socialism: the challenges of the Cuban regime

Summary

Cuba, a small Caribbean island., after the Revolution, is forced to strengthen itself in its international insertion to maintain its achievements and preserve socialism. In this way, crisis after crisis the model is reformed and foreign relations become the focus of government in order to conserve and expand the material gains and values of the Revolution through international insertion. However, especially after the fall of the Soviet Union, each reform

¹ Doutorando em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM-2014). E-mail: wallasgomes@yahoo.com.br

puts in check the survival of the model despite being the necessary condition to seek to preserve it through the relationship with the capitalist environment.

Key words: Cuba, international insertion, socialism, reforms.

Introdução

A necessidade de se relacionar econômico e politicamente perpassa a realidade de todos os países, independente do regime político-econômico adotado. Contudo, para um país de origem colonial exposto a um dos mais brutais bloqueios econômicos de nosso tempo, a inserção internacional se torna uma questão de sobrevivência.

A história de Cuba desde muito cedo esteve conectada com as relações com os Estado Unidos, mas é com a Revolução de 1959 que os conflitos se tornam demasiado intensos. Desta forma, a política externa cubana desde então será marcada pelo conflito com os EUA. O que cria a necessidade de sempre se ater a política estadunidense ao se tratar da política cubana, pois ao que parece, a ação estatal em nível de política exterior tem que se limitar, ou pelo menos, levar em consideração a ação hostil estadunidense.

Tendo isto em mente e buscando compreender a dinâmica da inserção internacional cubana este trabalho se inicia com uma breve análise acerca do período anterior a Revolução. Trata-se da fase de conquista da independência em relação à Espanha, mas de neocolonização por parte dos Estados Unidos. Tal período traz a luz o tipo de inserção internacional do qual Cuba faz parte, o grau de dependência e a necessidade de uma mudança em nível estrutural das relações internacionais.

Num segundo momento avalia-se a inserção internacional pós-Revolução, que se restringe basicamente as relações com a União Soviética. Tal relação se apresenta como única saída possível diante das pressões conduzidas pelos Estado Unidos, mas é incapaz de resolver os antigos problemas estruturais da economia cubana.

Após o fim da União Soviética, Cuba entra no chamado período especial marcada por uma crise econômica e social interna e ausência de parceiros amigos no exterior. Em tal fase, se inserir internacionalmente se torna crucial para a sobrevivência do modelo, mas na ausência de uma grande potência a alternativa são os países do terceiro mundo, em particular da América-Latina, que serão os parceiros comerciais almejados. Evidentemente, o acesso a capitais e mercadorias estrangeiras exige reformas do Estado Cubano, a chamada atualização do socialismo, o que paulatinamente modifica as estruturas do modelo, podendo fragilizá-lo de alguma maneira.

Assim, vê-se que dada as deficiências tecnológicas/estruturais Cuba se mantém extremamente dependente dos mercados externos para sobreviver, o que exige reformas para atrair parceiros comerciais e capitais. Estas reformas, essenciais para a manutenção do regime também colocam em xeque a sobrevivência do mesmo, sendo este um desafio central do socialismo cubano no século XXI.

Se finda o trabalho com breves notas conclusivas, que buscam contribuir com o entendimento acerca dos desafios enfrentados pela inserção internacional/atualização do socialismo cubano que estão postos como questão de sobrevivência e limitantes do projeto da Revolução nos dias atuais.

A neocolonização

Cuba, como os demais países da América-Latina foi colonizada por povos europeus, neste caso, os espanhóis. Tal colonização obviamente se dava com tratados advindos da dominação política e econômica espanhola que a impediam de manter livres relações com outros países, de se inserir internacionalmente com soberania, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social da Ilha.

Não por acaso sublevações surgem, a saber, as forças independentistas lideradas por José Martí ganham intensidade na luta contra o império castelhano, ao que os Estados Unidos buscam se aproximar apoiando o movimento independentista numa guerra que se prolonga de 1895 a 1898. Contudo, o custo do apoio estadunidense será demasiado oneroso, pois, Cuba se liberta da colonização castelhana e cai nas garras do império estadunidense. Trata-se de um período que ficou conhecido na historiografia cubana como a fase em que Cuba se tornou uma neocolônia.

O primeiro ato dos Estados Unidos após a derrota dos espanhóis foi buscar intervir militarmente no território cubano:

11 de abril de 1898, El presidente MCKinley envía un mensaje al Congreso solicitando autorización para intervenir militarmente en Cuba. El mensaje dice: “La única esperanza de alivio y descanso en esta situación, que ya se ha vuelto insoportable, implica la pacificación forzosa de Cuba”. 20 de abril de 1898 el Congreso de Estados Unidos declara que Cuba tiene derecho a ser libre e independiente y autoriza al presidente a usar la fuerza militar para expulsar a los españoles. El texto añade que Estados Unidos tiene “intenciones de ejercer la soberanía para mantener la paz en su territorio de ahora en adelante”. (FRANKLIN, pg. 16, 2013).

Assim, tem-se com a ocupação militar (1898 a 1902) o início do domínio dos

grandes investidores estadunidenses, marcada pela tomada de posse de enormes extensões de terras cubanas.

A desocupação militar da Ilha só se dá em 1902 mediante negociação que culmina na Emenda Platt² apresentada ao Congresso estadunidense pelo senador Orville H. Platt e mais tarde anexada à constituição cubana.

(...) El 2 de marzo (1901), a fin de codificar el control sobre Cuba, el congreso de Estados Unidos añade a la Ley de los Gastos del Ejército, la Enmienda Platt, en que se especifica que Cuba solo posee un derecho limitado a ejercer su propia política exterior y de deuda pública; que Estados Unidos puede intervenir militarmente en cualquier momento; que la Isla de Pinos queda provisionalmente fuera de las fronteras nacionales cubanas hasta tanto su título de pertenencia se legalice por medio un futuro tratado; que Cuba vende o da en arriendo a Estados Unidos “ tierras necesarias para la extracción del carbón o para bases navales en algunos puntos específicos sobre los cuales se tratará más adelante”. Puesto que el gobierno de Estados Unidos deja claro que su ocupación militar no terminará mientras la Enmienda no forme parte de la legislación cubana, Cuba se ve precisada a incorporar la Enmienda Platt como un Apéndice a su Constitución de 1901. (FRANKLIN, pg. 17, 2013)

Com o apoio das associações proprietárias cubanas o recém formado parlamento cubano aprova em 1903 o Tratado de Reciprocidade Comercial que assegura o controle estadunidense sobre o comercio de Cuba e o Tratado Permanente que inclui a Emenda Platt, que em síntese determina:

- 1) Reconheceria o direito dos Estados Unidos a intervir militarmente em seus assuntos internos;
 - 2) Cuba forneceria territórios para bases navais e carvoeiras dos Estados Unidos, o que originou a base de Guantánamo;
 - 3) Cuba não celebraria com nenhum outro poder estrangeiro e não autorizaria que outros estrangeiros obtivessem territórios na ilha;
 - 4) O texto seria aprovado como emenda constitucional cubana como condição para a retirada militar estadunidense.
- (VASCONCELOS, pg.03, 2016)

Assim tomava forma jurídica a neocolonização de Cuba. O país se tornou uma espécie de colchão protetor dos Estados Unidos sem possibilidades de se inserir internacionalmente e com o risco eminente de intervenção militar. Os Tratados firmados entre Cuba e Estados Unidos garantiram que a propriedade estadunidense representasse em 1958 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras (VASCONCELOS, 2016), 90% das minas, 50% das

² A Emenda Platt foi um dispositivo legal inserido na constituição de Cuba que autorizava intervenção estadunidense quando este considerasse necessário, fazendo da Ilha um protetorado dos EUA.

terras, 67% das exportações e 75% das importações (SADER, 1992), além de fazer do território cubano um espaço para o usufruto da especulação.

Desta forma, se deu um grande salto em que Cuba se livra da dependência espanhola e é sugada rumo à dependência estadunidense, sendo marcada por intervenções militares e governos fantoches submissos a embaixada dos EUA, com comércio exterior totalmente voltado e preso as relações com o Império. Um país sem perspectivas de desenvolvimento que buscará na revolução democrática e popular a libertação de seus antigos grilhões.

A íntima relação com a União Soviética

Ocorre a Revolução em 1959, e desde a instalação do governo revolucionário que derrubou a ditadura de Fulgencio Batista a inserção internacional cubana adquire um caráter estratégico como solução para viabilizar a sobrevivência da nação.

Até 1959, Cuba se caracterizava como um país pequeno e neocolonial tendo uma inserção periférica e dependente no sistema capitalista organizado em âmbito mundial em sua fase imperialista. Parte dessas características eram resultado de uma inserção marcada pela especialização na produção de produtos primários, mais especificamente na produção de açúcar, e de um mercado consumidor de produtos industrializados produzidos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. (STOCCO, 2019, pg. 352)

Conforme o novo governo propunha reformas progressistas e as levava adiante, aumentava a hostilidade dos Estados Unidos tomando a forma do bloqueio econômico que tem início em dezembro de 1960, uma resposta à nacionalização de todas as propriedades estadunidenses da Ilha.

La Revolución Cubana de 1959 aceleró los procesos sociales, en especial en el área política, donde en cuestión de días, sustituyó las estructuras de poder existentes desde la proclamación de la República en 1902, y que sirvieron de sostén a la tiranía de Batista. Se formó un Gobierno Revolucionario que asumió las funciones ejecutivas y las legislativas. (DÍAS VAZQUEZ, 2019, pg. 04)

Assim, com a radicalização econômica da Revolução é deflagrada a crise da inserção internacional neocolonial.

Una vez en el poder, los rebeldes actuaron rápidamente para consolidar la revolución y llevar a cabo programas de reforma agraria y de congelación de rentas para ganarse la fidelidad de los ciudadanos pobres de Cuba. Un cambio radical en las relaciones con los EE.UU. ocurrió en abril de 1959 cuando Castro realizó una visita no oficial a Washington, pero se reunió con el Vicepresidente Richard Nixon. A sabiendas, los cubanos no solicitaron

ayuda alguna durante la visita, dando a entender que la Revolución no podría ser comprada. El gobierno norteamericano respondió en el verano de 1959 con acciones hostiles contra el gobierno cubano que marcarían el tono de las políticas que se han mantenido hasta el presente. A partir de aquellos momentos se convirtió en política de los gobiernos de los EE.UU. tratar de lograr la caída del gobierno revolucionario utilizando cualquier medio necesario. Durante los siguientes cincuenta años, el gobierno norteamericano — bajo la presidencia de demócratas y republicanos— seguiría políticas que han tenido un propósito fundamental: devolver el control de la Isla a los Estados Unidos. (PREVOST *in* AYERBE, pg. 140, 2011).

Não por acaso, o cenário era desolador, Cuba tinha que enfrentar a hostilidade estadunidense aliada a necessidade de importar para sobreviver, pois entre 1960 e 1963, o bloqueio se disseminou para outros países isolando por completo a Ilha. Assim, sua única opção aparentemente era se aliar a outra grande potência rival dos Estados Unidos, trata-se da União Soviética e de buscar uma nova maneira de se inserir internacionalmente. Uma vez que a crise da inserção neocolonial gerou um ambiente de profunda insegurança das trocas internacionais, os cubanos tiveram que buscar outras fontes importadoras e criar condições imediatas para produzir internamente o indispensável.

Frente à hostilidade estadunidense o governo cubano recorreu à União Soviética, o qual respondeu positivamente dando início a uma relação duradoura, contraditória e das mais intensas durante a Guerra-Fria, capaz de fazer o mundo tremer diante da possibilidade de uma guerra nuclear em 1962, no episódio conhecido como Crise dos Mísseis³. E, tem-se início uma política de internacionalismo revolucionário, como política exterior, apoiando todos os movimentos revolucionários da América Latina e de outros continentes, como África e Ásia. Assim, a primeira projeção internacional de Cuba se dá no cenário político como símbolo da luta anti-imperialista. O que por vezes causava tensão com a União Soviética, e, de fato intensificou severamente a hostilidade de Washington.

No ano de 1960, Cuba assinou seu primeiro tratado comercial com a União Soviética. Do qual os soviéticos se comprometeram a comprar toneladas de açúcar cubano a preços do mercado mundial, além de conceder milhões de dólares em crédito a baixos juros e vender petróleo a baixo preço. No entanto, em dezembro, no final do ano de 1960 tal tratado já era insuficiente para prover a economia cubana.

Com o fracasso da campanha açucareira dos dez milhões em 1970, Cuba aceita fazer parte do Conselho para Assistência Econômica Mútua do Bloco Soviético, (COMECON),

³ Trata-se do episódio em que como resposta a fracassada invasão estadunidense à Baía dos Porcos em 1961 Cuba solicita e é atendida pela União Soviética que posiciona na Ilha uma série de mísseis balísticos. Certamente esse foi um dos momentos de maior tensão durante a Guerra-Fria que se encerra com uma negociação entre o líder soviético Nikita Khrushchev e o presidente estadunidense John Kennedy.

uma organização das nações socialistas encabeçada pela União Soviética. Desta forma, Cuba passa a trocar açúcar, níquel, pescado e produtos cítricos por petróleo, alimentos e bens manufaturados do leste europeu com taxas de câmbio vantajosas. Destarte, Cuba consegue escapar dos caprichos do mercado capitalista internacional durante vinte anos, o que a permite fazer importantes investimentos em saúde, educação, segurança alimentar, enfim, um modelo de economia planificada bem sucedida no terceiro mundo.

Na política exterior, Cuba mantém apoio aos movimentos revolucionários latino-americanos e concentra seus esforços diplomáticos com os países progressistas do terceiro mundo, em especial, no continente africano. Tal atitude obviamente teve como resposta o enrijecimento do bloqueio por parte do governo Carter (1977-1981), o que não foi suficiente para que Cuba mudasse sua estratégia, de forma a continuar suas atividades na África e alcançar a cifra de 87% do comércio exterior com o COMECON (PREVOST *in* AYERBE, 2011).

Se faz necessário pontuar que o bloqueio impôs a Cuba um alto grau de restrição tecnológica, principalmente a partir do governo Kenedy (1961- 1963) que criou entraves à obtenção de tecnologia e energia. Algo que não foi resolvido com as relações comerciais com o bloco socialista, impedindo consequentemente o desenvolvimento de uma economia de maior produtividade.

As necessidades de tecnologia estrangeira foram se ampliando para muito além da reposição das peças, conforme se expandia a demanda interna e se adotavam novas metas produtivas em todos os setores, especialmente o agropecuário. A fuga de profissionais técnicos agravava o problema. O tropeço mais emblemático decorrente da insuficiência tecnológica foi à safra de 1970, famosa pela inatingível meta de 10 milhões de toneladas de açúcar. (VASCONCELOS, pg. 10, 2016)

O bloqueio impunha restrições tecnológicas cujo custo se mostrava a cada instante demasiado elevado:

Além de escancarar a dependência tecnológica e arrochar a produtividade cubana ao longo das décadas, o bloqueio prejudicou diversos outros aspectos da vida na ilha: dificultou a assistência logística e médica emergencial durante catástrofes naturais (como no ciclone Flora), impediu a entrada de medicamentos e equipamentos de saúde, separou famílias, obstruiu a entrada de dólares, além de gerar um amplo isolamento econômico que limitou a diversificação dos destinos comerciais, inclusive entre Cuba e seus próprios vizinhos, no período em que o alinhamento de muitos governos latino-americanos às condições do USAID era quase automático. Ao fim e ao cabo, o governo cubano calculou que o bloqueio dos Estados Unidos lhes teria custado cerca de 236,2 bilhões de dólares até 2008 (García, 2011, p. 36). Mas para além das buscas artesanais de autonomia tecnológica interna, Cuba

também angariou considerável ajuda externa, a partir de sua nova inserção econômica internacional. (VASCONCELOS, pg. 11, 2016)

Contudo, a nova relação de Cuba com a União Soviética configurava uma relação de dependência externa marcada pela ausência de diversificação comercial no qual paradoxalmente a União Soviética fornecia recursos imediatos que possibilitaram as conquistas sociais da Revolução.

Mas o circuito de geração de excedente que sustentou Cuba durante tanto tempo não apenas era impulsionado de fora para dentro, como também era movido por determinações geopolíticas provisórias, extra-econômicas e, no limite, ideológicas. Interessava à União Soviética transformar Cuba em um pequeno “paraíso socialista”, criando condições de desenvolvimento contrastantes com o entorno capitalista subdesenvolvido, que sofria com a segregação social, os constrangimentos externos e tantas outras deformações estruturais. O impacto simbólico deste socialismo caribenho constituiria uma ameaça ao controle estadunidense da América Latina. (VASCONCELOS, pg. 11, 2016).

Assim, o governo soviético apostou em Cuba como uma vitrine do socialismo e, além disso, a Ilha está estrategicamente localizada num ponto capaz de desestabilizar a influência estadunidense na região latino-americana. Desta maneira, Cuba pôde se unir a uma grande potência rival dos Estados Unidos recebendo um volume de recursos desproporcional às suas forças produtivas como contrapartida de sua localização geopolítica.

Tais relações não solucionaram antigas debilidades de Cuba, de forma a perpetuar problemas estruturais como ausência de diversificação comercial, baixo nível de produtividade e competitividade, inserção externa baseada em produtos de baixo valor agregado, dependência financeira e comercial com a União Soviética, um único produto de exportação (açúcar), tecido industrial débil e crescente desequilíbrio fiscal.

Contudo tais problemas só vão se tornar visíveis a partir do colapso da União Soviética em 25 de dezembro de 1991. Com o colapso, veio à desintegração do COMECON, o que desencadeou uma crise no modelo cubano, pois foram rompidos os vínculos e acordos com o bloco soviético. Rapidamente Cuba perdeu 75% de seu comércio internacional e o PIB contraiu 50% em três anos (PREVOST *in* AYERBE, 2011). O déficit fiscal antes acobertado pela União Soviética alcançou o patamar de 33% do PIB acompanhado por uma queda no bem-estar social (VASCONCELOS, 2016), com rápida deterioração cambial e expondo a população à fome, desigualdade social, e demais problemas sociais e econômicos.

Instala-se após a derrocada da União Soviética um período depressivo onde Cuba necessita de dólares para suprir suas necessidades de máquinas e equipamentos, alimentos,

combustíveis, etc., antes fornecidos pelo COMECON. Assim, Cuba perde o acesso ao financiamento externo advindo do bloco socialista e não pode contar com o crédito dos organismos internacionais. O desafio se torna maior pois além de ter de obter esses produtos aos preços do mercado internacional havia a pressão dos EUA visando destruir o regime cubano.

Deve-se destacar que o impacto da queda da produção e a violenta retração no comércio exterior só não produziram uma situação catastrófica, em termos das condições de vida da população, devido à política social desenvolvida em Cuba. Qualquer outro país do Continente que houvesse passado por uma crise semelhante teria os seus indicadores extremamente agravados, o que não aconteceu em Cuba. (CARCANHOLO & NAKATANI, pg. 08, 2006)

A década de 90 ficou conhecida na historiografia cubana como o “período especial”, fase em que a economia da Ilha praticamente se desintegrou o que encorajou os Estados Unidos a recrudescer a agressividade com a finalidade de derrubar o regime. A saber, foi sancionada a Lei Torricelli (*Cuban Democracy Act*) em 1992 que reforçava as sanções aos países que se relacionassem com Cuba, de forma que qualquer transnacional com parcela de capital estadunidense estava sujeito as punições previstas no *Trading With the Enemy Act*, como expropriação de propriedade em caso de celebração de contrato com Cuba. Há ainda em 1996 um reforço no endurecimento do bloqueio através da Lei *Helms – Burton* o qual converte em lei todas as ordens executivas e disposições de departamentos da administração estadunidense contra Cuba podendo ser modifica ou eliminada apenas através de lei do Congresso.

Diante do caos que se instalava o governo teve que se movimentar, e, portanto, deu início a algumas reformas objetivando se inserir internacionalmente para buscar retomar os indicadores sociais de outrora. Desta maneira, o governo reduziu drasticamente o seu tamanho, bem como a *libreta*, cesta básica mensal criada nos anos de 1960, com o intuito de se libertar do déficit fiscal e saldar suas dívidas com credores internacionais, como Japão, China e Vietnã. Para fugir da desvalorização cambial foi criada a duplicidade monetária de forma a proteger a economia cubana das flutuações do dólar e criar meios de pagamento internacional capazes de atrair investimento estrangeiro com alguma rentabilidade⁴. Outra medida importante foi a aposta no turismo e na exportação de médicos como forma de obter

⁴ Sobre a duplicidade monetária ver: (CARVALHO, 2018; DESSOTI & CARVALHO, 2017), ademais houve a unificação monetária em 2021.

divisas para garantir o modelo de proteção social.

Otras medidas fueron, una reorientación de las inversiones con prioridad para los objetivos de corto plazo, de manera que contribuyesen a aliviar la presión de la deuda en la Balanza de Pagos; la descentralización del uso de las divisas para promover exportaciones; reprogramación de pagos de la deuda; entrega de tierras estatales en usufructo a productores privados y cooperativas; medidas de ahorro energético, eliminación experimental — selectiva— de servicios estatales (transportes y alimentación), y arrendamiento a particulares de algunas actividades menores (taxis y servicios locales). (EGOZCUE *in* AYERBE, pg. 18, 2011)

Enfim, a década de 90 impôs substantivas reformas no modelo cubano:

Los ajustes introducidos tras la implosión del campo socialista en la década de los 90 representaron un cambio sin precedentes en la historia revolucionaria. Entre las transformaciones más importantes entonces estaban: por primera vez en la historia cubana el azúcar dejó de ser el motor económico del país, siendo desplazada por el turismo y las exportaciones de servicios médicos ; la apertura a los bancos y la inversión extranjeros, redistribución de la propiedad agrícola estatal en favor del sector cooperativo, concesión de licencias para pequeños negocios privados en las ciudades; dolarización y segmentación de mercados en monedas y circuitos separados, generándose una tensión permanente en cuanto a la eficiencia, los salarios y los precios, reforzada a su vez por las remesas enviadas desde el exterior que se convirtieron en un flujo significativo de ingresos. (EGOZCUE *in* AYERBE, pg. 29, 2011)

Como consequência das mudanças internas e externas houve uma queda vertiginosa da produtividade e um aumento da liquidez na economia que não veio a se tornar uma hiperinflação devido ao forte controle de preços e subsídios. (CARCANHOLO & NAKATANI, 2006).

Tratou-se de uma crise de inserção internacional e de recomposição do sistema econômico advindo de um choque externo que expôs as debilidades internas. Haja vista que Cuba chegou na década de 1990 conservando as deficiências estruturais do período colonial e neocolonial evidenciadas na dependência econômica da exportação de um único produto e na grande necessidade de importação, inclusive, de alimentos e energia (STOCCO, 2019).

Em termos concretos, esses desdobramentos, se refletiram em Cuba a partir da diminuição do preço de suas exportações no mercado internacional, das dificuldades de obtenção de crédito externo para seguir financiando seu projeto de desenvolvimento e em um custo altíssimo para rolar a dívida já contratada. Por outro lado, a crise do capital que se desdobrou em uma reorganização do sistema capitalista em âmbito mundial concentrou ainda mais o processo de acumulação nas grandes potências mundiais e estimulou a criação de novos instrumentos especulativos financeiros, imprimindo uma dinâmica à reprodução e valorização do capital que se tornou mais agressiva

à continuidade da experiência de transição ao socialismo em Cuba. (STOCCO, 2019, pg. 357)

Desta maneira, em meio ao caos econômico e social e sem o apoio de uma grande potência Cuba necessitava urgentemente ampliar suas relações internacionais, se inserir internacionalmente era a única maneira de sobreviver aos desafios internos e a pressão estadunidense. Contudo, a política de inserção internacional por mais pragmática que fosse sua orientação buscou não abrir mão dos valores da Revolução de 1959. Tratava-se de enfrentar o poder dos Estados Unidos mediante uma nova ordem mundial e de impulsionar uma diversificação econômica e política com vistas a fortalecer alianças que são contrárias aos Estados Unidos sem renunciar aos valores da Revolução apesar de significarem em certa medida uma mercantilização das relações.

Inserção internacional nos anos 90

No início dos anos 90 Cuba passa a se relacionar com os países membros da União Europeia, fazendo destes em 1991 seu principal sócio comercial em substituição a União Soviética. Neste período 42% das exportações cubanas se direcionaram para a União Europeia e as importações da Espanha e Holanda foram da ordem de 60% do comércio europeu na Ilha, sendo Cuba o único país Latino a fazer parte do Acordo de Cotonú de ajuda e comércio preferencial estabelecido entre União Europeia e 78 de suas ex-colônias (SERBIN in AYERBE, 2011). Os investimentos europeus se concentraram principalmente no setor de turismo, particularmente os investimentos espanhóis.

Internamente foram feitas algumas reformas que incluem a expansão dos mecanismos de mercado, abertura ao investimento estrangeiro com parceria com o governo e autorização para o trabalho autônomo. Há também a permissão para a existência de propriedade privada, mista e cooperativa, mas continuou proibida a acumulação privada, pois o objetivo era não mercantilizar o setor interno da economia, mas ampliar o leque de países para comércio.

O IV Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), realizado em 1991, estipulou e acordou as formas em que se dariam a reforma e a abertura. Dentro das resoluções desse congresso, algumas permitem deduzir a utilização de elementos monetário-mercantis para o funcionamento futuro da economia planificada (PINEDA B., 2001, p. 149), tais como:

a) impulso ao investimento direto estrangeiro, em associação econômica com o Estado, e ao autofinanciamento de empresas selecionadas;

- b) impulso às exportações tradicionais e novas que gerem divisas no curto prazo;
 - c) possibilidade de empresas estatais exportarem e importarem com certo grau de autonomia;
 - d) regulação e ampliação da produção e prestação de serviços pelo trabalho por conta própria em um espaço econômico-mercantil;
 - e) adoção de novas formas de organização e gerenciamento econômicos, como a autogestão.
- (CARCANHOLO & NAKATANI, pg. 13, 2006)

E em 1993 um novo congresso do Partido Comunista estabeleceu:

- a) autorização para recebimento de remessas de divisas provenientes do exterior;
 - b) aumento das viagens para visitas familiares de cubanos residentes no exterior;
 - c) despenalização da posse de divisas;
 - d) criação de casas para venda de bens em divisas.
- (CARCANHOLO & NAKATANI, pg. 13, 2006)

Com vistas a abertura externa foi aprovado em 6 de setembro de 1995 a lei Nº 77 que permitia a existência em Cuba de empresa de capital totalmente estrangeiro, fim dos limites à participação estrangeira em empresas mistas, estabelecimento de parques industriais como espaços econômicos de regime especial e a viabilidade de investimentos e propriedade privada em bens imóveis para residentes não-permanentes (principalmente para turismo) (CARCANHOLO & NAKATANI, 2006). Enfim, o período especial foi marcado por várias transformações que levaram à abertura da economia cubana, dado sua necessidade de se relacionar com o entorno capitalista para manter os ganhos da Revolução.

Como consequência da abertura e demais reformas nasce um setor construído por empresas mercantis e representações de firmas estrangeiras que operam em divisas e buscam fugir do planejamento centralizado cubano. Ademais permite:

O ingresso de capitais estrangeiros em qualquer atividade com exceção de educação, saúde e nas forças armadas, salvo em seu setor empresarial. O ingresso pode ser realizado através da constituição de sociedades mistas entre empresas estrangeiras e empresas estatais cubanas; das associações entre uma empresa estrangeira e outra cubana; da constituição de empresas com capital totalmente estrangeiro; e dos investimentos em bens imóveis. (CARCANHOLO & NAKATANI, 2006, pg. 17)

Sendo importante pontuar que Cuba busca fortalecer seu comércio exterior através da exportação de serviços especializados, como saúde e educação. Dado seu excedente de trabalhadores nestas áreas, os mesmos são utilizados em missões humanitárias e na busca de

divisas pra Ilha.

Assim, se por um lado a lei garantiu ao capital externo a apropriação e envio ao exterior de parte do excedente econômico nacional sob forma de lucros e dividendos, por outro lado garantiu à população cubana uma importante participação no excedente produzido pelos trabalhadores na medida em que manteve na direção das empresas representantes cubanos e estabeleceu um conjunto de impostos sobre o trabalho e o lucro. Ademais, garantiu também que os postos de trabalhos fossem ocupados por cubanos, assegurando a geração de empregos. (STOCCO, 2019, pg. 368)

Contudo Cuba só veio a alcançar alento em 1999 com a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela. Logo firmaram um tratado, o Convênio Integral de Colaboração entre Cuba e Venezuela baseado na troca de médicos cubanos e professores por petróleo venezuelano. O Convênio além de tirar Cuba da situação de emergência energética a protegeu das oscilações especulativas do mercado de petróleo, pois, o acordo previa a ausência de reajustes. Desta forma, a partir de 2001 a Venezuela se tornou a principal parceira comercial de Cuba no século XXI, mas bem distante da relação umbilical com União Soviética em tempos pretéritos.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo durante os anos 2000 estava sustentada na expansão das exportações de serviços profissionais, demandados principalmente pelos acordos de cooperação firmados com a Venezuela, no preço favorável do níquel no mercado internacional e no aumento dos gastos do governo com a execução dos programas intitulados “Batalha de Ideias”. Com as divisas obtidas com a expansão das exportações e dos financiamentos junto à China e à Venezuela, o governo aumentou a capacidade de importação e realizou intervenções nas áreas econômicas e sociais, principalmente nos setores de geração de eletricidade, transportes, saúde e educação. (STOCCO, 2013, pg. 121)

À medida que a economia foi se recuperando no final dos anos 90, deu-se início a um processo de regressão das reformas focada na reestatização e recentralização das funções econômicas (BRITO, 2014). A sociabilidade mercantil bate à porta a cada período com mais virulência, mas a persistência no projeto revolucionário salta aos olhos!

A maior inserção externa de Cuba com as empresas associadas ao capital internacional, acompanhada de uma diversificação nas formas de gestão dos meios de produção e de uma segmentação da economia frente à dolarização, resultou em um funcionamento dual da economia cubana. Isso significou que, enquanto uma parte da economia seguiu funcionando sob o modelo de planificação centralizada conservando os mesmos mecanismos anteriores à década de 1990, outra parte, constituída pelas novas formas de organização empresarial, passou a operar por mecanismos mercantis baseados nas relações de oferta e demanda. (STOCCO, 2019, pg. 369)

O início deste milênio para os cubanos foi marcado por uma maior diversificação das relações comerciais cubanas, que passou a ter como principais parceiros comerciais, a Venezuela, China, Canadá, Espanha e curiosamente, os Estados Unidos. Tal diversificação se deve em certa medida a nova situação geopolítica mundial do pós Guerra-Fria, mais multipolar marcada pela competitividade entre Estados Unidos/China e União Europeia/Rússia, bem como a ascensão de governos com posições políticas mais inclinadas ao espectro político de esquerda na América Latina. Assim, Cuba neste século se integrou política, econômica e culturalmente com a América Latina de maneira a diminuir os impactos do isolamento.

(...) la normalización e intensificación de las relaciones con los países de América Latina y, especialmente, de América del Sur, tanto a nivel bilateral como multilateral— se inicia con la incorporación de Cuba a la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) en 1998. La incorporación de Cuba a la ALADI constituye un factor que contribuye progresivamente a recomponer sus relaciones económicas con el resto de los países latinoamericanos y, en particular, sudamericanos, ya de hecho avanzados en términos de intercambio comercial. (SERBIN in AYERBE, pg. 239, 2011, grifos do autor)

Em 2004 Fidel e Chávez firmam um acordo que dá origem a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), em contraposição a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) encabeçada pelos Estados Unidos. Tal fato consolida uma aliança com forte carga simbólica e ideológica em contraposição aos imperativos dos EUA que atrai a atenção de outros países latinos:

En 2006, tras el triunfo de Evo Morales en Bolivia, el país andino se incorporó como miembro pleno de la ALBA, seguido por Nicaragua tras el triunfo de Daniel Ortega en 2007. En 2008, ingresó Dominica como miembro de pleno derecho, seguida por Honduras en octubre del mismo año, aunque su participación se frustró por el golpe de Estado en esa nación en junio de 2009. En tanto que San Vicente y Grandinas se incorporaron en abril de 2009 y Ecuador en junio del mismo año, con lo que la ALBA constituye actualmente un grupo de ocho miembros. (CORONADO Y GONZÁLEZ in AYERBE, 2011, pg. 55)

Desta maneira Cuba se converte em protagonista num projeto de integração regional anti-imperialista com crescente projeção frente aos governos latinos e maior apoio internacional contra o bloqueio além de celebrar contratos com seus pares em oposição à agenda neoliberal. A projeção internacional cubana estendeu-se até um projeto de comunicação em parceria com Argentina, Uruguai e Venezuela na criação da *Televisora Del Sur* (TELESUR) em contraste ao poderio anglo-estadunidense no monopólio das

telecomunicações. Assim, Cuba se fortalece internacionalmente seja no caráter econômico, seja no caráter ideológico, se reincorporando como ator fundamental no debate regional com grande prestígio moral devido a intensa política de solidariedade internacional, principalmente na área médica e educacional.

Transcurrida una década del siglo XXI, Cuba ha logrado una posición en el hemisferio en que está mucho menos aislada que en cualquier otro momento desde el triunfo de la Revolución cubana en 1959. Esta reintegración en los asuntos del hemisferio se pone en evidencia en todas las áreas cruciales: la política, la economía y la cultura. En la arena política, sus plenas relaciones diplomáticas con todos los países latinoamericanos se ven reforzadas con su incorporación a todas las organizaciones interamericanas de las que desee ser miembro. Es cierto que Cuba no es miembro del Banco Interamericano de Desarrollo, la Organización de Estados Americanos o las Cumbres de las Américas, pero esos órganos dominados por los EE.UU. no tienen atractivo para Cuba en su forma actual y ninguna de estas organizaciones tiene el protagonismo que una vez tuvieron, debido a los grandes cambios que han ocurrido en el hemisferio. En realidad, la participación de Cuba en organizaciones regionales que incluye la Alianza Bolivariana y el Grupo de Río, le brinda más beneficios que los que obtendría de los órganos anteriormente mencionados dominados por los EE.UU. (PREVOST *in* AYERBE, 2011, pg. 154)

Obviamente tal posição de Cuba na América Latina se deve em grande medida ao fato de que se sobrepôs uma orientação de esquerda nos governos do continente. Apesar dos pontos favoráveis, a Ilha tem que enfrentar os desafios da economia interna, como a debilidade tecnológica. E são exatamente estas vulnerabilidades internas que estão conduzindo Cuba a novas reformas conhecidas como “atualização do socialismo”.

Este proceso se enmarca, en la actualidad, en una articulación compleja entre las presiones, las alianzas y los vínculos internacionales, tanto económicos como políticos, y el llamado proceso de “actualización” del sistema político cubano que, sin embargo, no modifica algunos de los rasgos asumidos por esta política exterior en las décadas precedentes, aunque le confiere, particularmente en el último lustro, un carácter marcadamente pragmático. En este marco, la preservación de algunos de los rasgos más distintivos del sistema político cubano se articula con las relaciones externas con un entorno regional y global en proceso de transformación, abriendo la posibilidad para una eventual evolución de las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos en un contexto donde La Habana ha logrado, simultáneamente, reinsertarse efectivamente en la región y recomponer y renovar sus relaciones en el ámbito global. (SERBIN *in* AYERBE, pg. 232, 2011)

A ascensão de Raúl Castro em 2006 ao governo cubano é marcada pela necessidade de mudanças estruturais em meio a uma crise de forma que a atualização tem como principais pilares a desestatização e uma maior abertura aos capitais estrangeiros. Grosso modo, trata-se

de buscar uma maior liberalização da economia aliada ao planejamento e controle estatal com o objetivo de modernizar e dinamizar a economia cubana sem renunciar à propriedade pública dos meios de produção.

Así, en los rasgos generales que son posibles identificar en la “*Actualización del Modelo Económico*” en marcha, estarían la descentralización en la toma de decisiones en la producción, los servicios, la distribución, mayor autonomía en la dirección de las empresas estatales, la presencia de un sector no estatal, en áreas no solo del sector agrícola, más facultades autónomas para los municipios y la presencia del mercado. (DÍAS VAZQUEZ, pg.16, 2019)

A crise se aprofunda ainda mais em 2008 devido ao aumento dos preços dos alimentos e petróleo e a queda no preço do níquel. Deste modo, as divisas que entravam no país despencam significativamente e concomitante a Ilha passa a necessitar de um volume maior de moeda estrangeira para fazer frente às necessidades de importação em particular de alimentos e petróleo.

As contas externas cubanas também refletiram os limites da estratégia de desenvolvimento adotada durante os anos 2000. A balança comercial e a de serviços registraram um déficit de P\$ 2,3 bilhões, em 2008. Em 2009, a redução no volume de importações garantiu um superávit de P\$ 1 bilhão e, em 2010, um aumento de 34% no montante das exportações resultou em um superávit de P\$ 2,9 bilhões. (STOCCO, pg. 122, 2013)

Enfim, a nova conjuntura impõe a necessidade de reformas. Entretanto Cuba se encontra no período de maior inserção internacional, se relacionando com países de todos os continentes o que diminui o alcance do bloqueio, mas não o neutraliza e ao mesmo tempo expõe mais do que nunca as debilidades internas do modelo. O alento conquistado nos últimos anos não se apresenta como condição duradoura, as reformas se apresentam como necessárias, mas ao mesmo tempo engendram e fortalecem relações mercantis que podem fragilizar o modelo cubano de alternativa ao modo burguês.

Atualização do socialismo

O Período Especial impôs à Cuba a necessidade de atualizar o socialismo, de fazer reformas, o que culmina na Assembleia do Poder Popular em 21 e 22 de julho de 2018 aprovando uma nova constituição em 2019. A extinção da União Soviética em 1991 obrigou a economia cubana a se reposicionar e evidenciou a violência do embargo dos EUA admitida pela comunidade internacional. Assim, desde então, Cuba passou por reformas decenais

(1992, 2002, 2012) para se readequar as novas conjunturas econômicas e geopolíticas marcada pela consolidação dos EUA enquanto potência hegemônica com forte influência na América Latina, generalização do neoliberalismo e da financeirização. É um movimento que se dá em consequência do contexto externo mundial, mas também pelas deficiências estruturais internas, em que a crise do capital expõe as fragilidades da Ilha.

A reforma de 1992, denominada de “Período especial em tempos de paz”, representou uma atualização do modelo cubano e tinha por eixo mudanças importantes nos seguintes setores: usufruto da terra estatal por cooperativas e agricultores com o propósito de incrementar a produção agrícola e alimentar; dispensa de empregados estatais e a ampliação das atividades econômicas não estatais, estimulando-se o trabalho por conta própria (*cuentalpropismo*) e a absorção da força de trabalho excedente; cortes em serviços sociais com vistas à diminuição do gasto público; atração de investimentos estrangeiros (empresas mistas e de capital privado) em diversos setores, sobretudo no turismo; abertura para a possibilidade de envio de recursos financeiros por imigrantes, a dupla moeda, e o aparecimento de uma política fiscal de tributação. Em síntese, a atualização econômica visa a responder às crescentes pressões internas e internacionais que obrigaram Cuba a buscar novas formas de custear seus serviços públicos sociais e de assegurar sua autonomia econômica. (BELLO & BARBOSA, 2019, pg. 200)

Mesmo não tendo seu desenvolvimento econômico diretamente determinado pelas necessidades de acumulação de capital em termos mundiais, as relações via crédito externo e comercialização de produtos expuseram Cuba aos desígnios da lógica do capital, às suas crises, exigindo reformas (STOCCO, 2019). Tais mudanças resultam numa complexificação social, a saber, há o:

[...] surgimento de novos problemas e novos atores sociais que disputam poder com o Estado. Surgem novos sujeitos econômicos: empresários capitalistas estrangeiros; trabalhadores cubanos empregados de empresas mistas; trabalhadores por conta própria (*cuentalpropistas*); comerciantes de pequenos estabelecimentos de prestação de serviços (pequenos restaurantes e hospedagens) e seus empregados, camponeses individuais, cooperados e usufrutuários de terras, todos com expectativas diferentes e por vezes incompatíveis com a base socialista da Constituição cubana de 1976. Ampliam-se a prostituição, o mercado ilegal fomentado pela escassez e dupla moeda, e a pobreza, além do surgimento de áreas de relativa autonomia impulsionada pelo turismo e pelo ingresso de recursos estrangeiros, desafios que a atualização do modelo econômico deveria enfrentar. (BELLO & BARBOSA, 2019, pg. 200)

A atual reforma lida com o enorme desafio de compatibilizar investimentos privados e novas formas de propriedade com a manutenção do socialismo.

A proposta de atualização compreende mudanças administrativas e reformas estruturais que vão desde a eliminação de proibições de acesso a bens de

consumo (*e.g.*, telefones celulares), de compra e venda de casas, até a revisão da relação entre produtores privados e o Estado, a modificação de salários e pensões, a mudança na distribuição de terra, emprego, comércio e propriedade, mas mantendo-se a centralização estatal do planejamento da economia, o predomínio da empresa estatal e a aceitação de investimentos estrangeiros. (BELLO & BARBOSA, 2019, pg. 201)

Busca-se manter os princípios da propriedade socialista, ao passo que legitima e reconhece a propriedade privada e o papel do mercado, concomitante a regulação estatal sobre investimentos na Ilha. É uma maneira de não romper com a constituição socialista de 1976. Para tanto, visa acomodar uma proposta de desenvolvimento econômico com desenvolvimento humano, trata-se de promover condições dignas de vida e coibir a mercantilização, a lógica de valorização do capital. Assim, a atração de capital estrangeiro se dá sob forte regulação estatal.

Assim, os “*Lineamientos da Política Econômica e Social*”⁵ vem ampliar o espaço das formas não estatais de propriedade sobre os meios de produção fortalecendo e estimulando relações mercantis. No que tange a política externa, buscou-se dar mais agilidade a entrada de investimentos estrangeiros diretos. Tudo em harmonia com o estabelecimento do trabalho e renda como pilar da satisfação das necessidades com aumento de trabalhadores não estatais e diminuição da *libreta*. Tais medidas não foram suficientes para superar as debilidades do socialismo em Cuba, o que leva a novos congressos e documentos que visam aliar mudanças na gestão da propriedade e aperfeiçoamento da planificação com forte participação popular para garantir a sobrevivência do socialismo cubano. (STOCCO, 2019).

Enfim, a atualização do modelo econômico cubano tem promovido um intenso debate em Cuba. A margem de manobra com a qual o governo teve que trabalhar, após a derrocada do bloco socialista, foi extremamente restritiva. Logo, a adoção de uma série de medidas que eram contrárias ao princípio geral da planificação – o que inclui, evidentemente, a participação do capital privado e estrangeiro – se mostraram quase que incontornáveis. Existe especial atenção sobre a possibilidade de que as iniciativas impliquem em grandes perdas nos ganhos sociais alcançados pela revolução. É bastante claro que, por terem natureza oposta à da ordem socialista, essas medidas representam uma ameaça à manutenção do sistema econômico cubano. Porém, convém lembrar que Cuba teve sucesso em manter-se socialista justamente no período durante o qual uma crise insuperável seria, talvez, o desfecho mais previsível. (DESSOTI & CARVALHO, 2017, pg. 799)

A economia cubana não se encontra extremamente dependente de um único sócio comercial e político o que lhe garante mais autonomia, mas também impõe condicionantes

⁵ Diretrizes aprovadas no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011 que levará discussões importantes que conformarão a constituição de 2019.

externos de múltiplas ordens. O desafio de aliar as necessidades de atração de capital com a construção de barreiras ao crescimento de disparidades socioeconômicas está no centro da política econômica interna e externa de Cuba.

Conclusão

Este trabalho teve por objetivo analisar as condições em que se deu a inserção internacional cubana e o papel da atualização do socialismo, o que evidenciou que sua maior abertura aos mercados externos se deu após a queda da União Soviética, fruto das necessidades e vetor de limites à própria sobrevivência do modelo. Para tanto, se recorreu ao período neocolonial, para daí poder avançar até o início do século XXI.

Sem sombra de dúvidas o modelo cubano não pode ser analisado sem se considerar suas particularidades relacionadas à origem colonial, bem como os conflitos com os Estados Unidos.

Tão logo, foi possível perceber que a necessidade e a limitação na inserção internacional cubana se dão desde o período de colonização. O período neocolonial foi marcado por uma relação subserviente/subordinada aos ditames dos EUA que contribuíam para impedir o país de se desenvolver econômica e socialmente. A Ilha era apenas colchão protetor da economia estadunidense.

Quando da Revolução surge uma nova realidade, um tanto que dúbia, pois o país não conseguiu avançar de forma significativa nas relações internacionais de modo a superar suas debilidades estruturais, mas com o apoio da União Soviética pôde dar um salto inimaginável nos indicadores sociais.

Com o colapso da União Soviética, a Ilha consegue após sofrer terrivelmente no período especial, expandir como nunca suas relações internacionais o que exige a atualização do socialismo. É a fase de maior inserção internacional de Cuba, com relações com países de todos os continentes. Contudo, apesar de mais forte internacionalmente, o país enfrenta debilidades internas que aparentemente trazem a necessidade de reformas. Contudo tais reformas colocam em xeque o projeto da Revolução por deixar o país mais exposto à sociabilidade burguesa. O aprofundamento das relações mercantis parece evidente com as reformas e abertura com todos os problemas daí decorrentes, como a desigualdade social. O mercado como lócus das relações sociais se impõe mesmo quando o objetivo é expurgá-lo o que fragiliza o caráter socialista das relações na Ilha. Se os caminhos da história de Cuba se darão rumo a sociabilidade mercantil ou socialista é algo ainda em aberto e em construção.

O país tem mais aliados e um comércio internacional mais amplo, contudo ainda não

superou debilidades internas, a hostilidade estadunidense permanece e o atrativo para os mercados externos é a flexibilização do modelo. Apesar de o novo período ser mais confortável que períodos anteriores, não diminui o risco eminente deste modelo desabar.

Referências:

ARABADZHYAN, Alexandra. Acercamiento a la transformación del socialismo en Cuba. Revista **Fim do Mundo**, N.º 05, 2021.

AYERBE, Luis Fernando. La percepción de Cuba y América Latina por parte de *Think Tanks* de Estados Unidos en los gobiernos de George W. Bush y Barack Obama. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 1ª edición; Icaria Editorial, 2011.

BALARDIM, Rafael. Reforma constitucional cubana: constitucionalização das atualizações. **Boletim de conjuntura NERINT**. V. 03, N.º 10, 2019.

BELLO, Enzo & BARBOSA, Maria Lucia. A constituição da república de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, N.º03, 2019.

BRITO, Julian Araujo. Cuba em transformação: regime político e o contexto da “atualização do modelo econômico e social”. **Rebela**, V. 03, N.º 02, fev., 2014.

CARVALHO, Marcelo Soares de. Cuba: relações de trabalho, subdesenvolvimento e resistencia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 50, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo D.; NAKATANI, Paulo. Cuba: Socialismo de mercado ou plaificação socialista?. **Revista Política Pública**, v. 10, Jan/jun de 2006.

CORONADO, Jaime Preciado; GONZÁLEZ, Pablo Uc. Cuba en el nuevo sistema interamericano del siglo XXI. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 1ª edición; Icaria Editorial, 2011.

DESSOTI, Fabiana Rita & CARVALHO, Marcelo Soares de. O capital estrangeiro e o capital privado em Cuba: novos delineamentos. **II Encontro de Economia Política Internacional da UFRJ (ENEPI)**, maio de 2017.

DÍAS VAZQUEZ, Julio A.,. Cuba: ¿Um nuevo modelo de socialismo?. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/ciei-uh/20141014110948/CUBANUEVOMODELODESOCIALISMO.pdf> . Acesso em 07/01/2022.

EGOZCUE, Jorge M. Sánchez. Cuba: el cambio interno y la política norteamericana, en busca de la racionalidad perdida. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Ciudad Autónoma de Buenos

Aires, Argentina: 1ª edición; Icaria Editorial, 2011.

FRANKLIN, Jane. **Cuba-Estados Unidos: Cronología de una historia.** Instituto Cubano Del libro/Editorial de Ciencias sociales; La Habana, Cuba. 2013.

MATOS, W. G.; LOURENÇO, A. C.;SERRA, G. T. I. . Quem se beneficia com a reaproximação entre Estados Unidos e Cuba?. *In*: DESSOTI, Fabiana Rita; SANTOS, Fábio Luís Barbosa; VASCONCELOS, Joana Salém (Orgs). **Cuba no século XXI: dilemas da Revolução.** 1ª ed. – São Paulo: Elefante, v.1, 2017.

PREVOST, Gary. La administración Obama y Cuba: de vuelta a la administración Clinton. *In*: AYERBE, Luis Fernando (Org.).**Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 1ª edición; Icaria Editorial, 2011.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicaragua: socialismo na América Latina.** São Paulo-SP/5ª edição; Editora Atual; 1992.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. Para onde vai a revolução cubana? Dilemas do socialismo primitivo. **Contextualizaciones Latinoamericanas,** ano 9, N.º 17, 2017.

SERBIN, Andrés. Círculos concéntricos: La política exterior de cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. *In*: AYERBE, Luis Fernando (Org.).**Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 1ª edición; Icaria Editorial, 2011.

SILVA, Marcos Antônio & JOHNSON, Guilherme A.. Cuba e a reinserção internacional no século XXI: em busca de novos parceiros. **Revista Contexto e Educação,** nº89, 2013.

SILVA, Marcos Antônio. A transição cubana e a “atualização do modelo”. **Revista Civitas,** v. 18, N.º 03, 2018.

STOCCO, Aline Faé. Cuba: os desafios para a construção do socialismo hoje. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

STOCCO, Aline Faé. Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas,** v. 13, N°03, 2019.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba e a dependência externa: passado e presente. **Rebela,** V. 06, nº01, Jan/abr. 2016.